

Por outro lado, em vez de assumirem o desequilíbrio, o que obrigaria a uma revolução fiscal que distribuisse os encargos com o Estado de forma mais justa, os governos procuraram, para pagarem dívidas, receitas extraordinárias através das privatizações. Resultado: temos monopólios naturais que estrangulam a nossa economia. Passos Coelho repete uma estratégia perdedora que tem, como sempre, vencedores.

Soubemos pela imprensa britânica que, entre puxões de orelhas e reprimendas moralistas, Angela Merkel arranjou tempo para meter uma cunha a Passos Coelho. Quer a alemã E.ON na EDP. Com os brasileiros a serem postos fora da corrida, sobrariam os chineses e os alemães. A coisa fica mais fácil para uma empresa que está longe de ter o cadastro limpo em matéria ambiental — é a inimiga número um dos ecologistas alemães — e com um longo historial de negociações predatórias. Se ganhar, contará muito na determinação da política de preços e de energia da EDP. Merkel impõe limites ao défice impossíveis em tempo de crise. Esses limites obrigam a receitas extraordinárias. As receitas extraordinárias conseguem-se com privatizações em estado de necessidade. Merkel, que tem a faca e o queijo na mão, quer vir buscar o prémio final. E não nos devemos espantar que use bons 'argumentos'. Os mesmos que foram usados para obrigar a Grécia, no preciso momento em que era 'salva' pela Europa, a comprar submarinos aos alemães. É assim que a chanceler entende o "governo económico da Europa".

Olhando apenas para estes dois exemplos concluímos o óbvio: os erros do passado repetem-se com prejuízo para o Estado e para o país. Porque eles são a regra de ouro que nos tem enterrado. Como sempre, os beneficiados são os que, antes do jogo, lhe deram força de lei. O dogma que governa o euro não resulta de nenhum trauma alemão. Ele impõe uma seleção natural. Os abutres começaram a pousar. Coisa estranha: julgamos que são nossos amigos e que somos merecedores desta agonia.

DANIEL OLIVEIRA ESCREVE EM  
www.expresso.pt DE 2ª A 6ª FEIRA



Daniel Oliveira

danieloliveira.lx@gmail.com

## REGRA DE OURO

Para tapar o buraco das contas públicas os sucessivos governos fizeram batota. Em vez de se endividarem às claras, para fazerem investimentos, dedicaram-se a estratégias para esconder os encargos futuros: foi assim com as parcerias público-privadas. Saíram mais caras do que o endividamento comum. E menos transparentes. A maquilhagem não esconde apenas a verdadeira situação das contas do Estado. Esconde excelentes negócios para quem ajudou a maquilhar.

A saga continua. Para conseguir um ilusório défice de 4,5%, este Governo encheu os cofres do Estado com os fundos de pensões da banca. Esta receita é, na realidade, um encargo para quem vier depois. Os bancários irão receber pensões. E terá de ser o Estado a pagá-las. Mas o Governo não ficou por aqui. Para compensar os bancos por se terem livrado do que não queriam de-lhes um bónus: podem transformar os custos imediatos com esta transferência em créditos fiscais, abateando ao lucro tributável esta despesa. Trocando por miúdos: durante os próximos vinte anos o sector económico que menos impostos paga vai pagar ainda menos. Para ter uma receita extraordinária e mostrar contas falsamente equilibradas o Estado assume novos encargos e reduz as suas receitas futuras. Segue a conduta dos governos que o antecederam e dificulta a vida aos que lhe seguirão.